

Sobre as políticas locais de segurança para os jovens

Augusto Caccia-Bava*

Artigo

As políticas de segurança para os jovens, como aspecto central de políticas públicas locais para essa categoria social, é o tema do presente texto. Pelo que se verá adiante, a segurança, entendida na sua dimensão urbana preventiva, já vem sendo objeto de reflexão metódica na América Latina desde 2000, marco que coincide com o início de pesquisas sobre perfil da violência no Brasil.

Alguns autores latino-americanos nos dão indicações sólidas para a abertura da discussão sobre políticas locais para a juventude. Começamos com Juan Carlos Rubinstein, jurista e também doutor em Ciências Sociais, em seu livro *Crisis de la sociedad civil: neofeudalización y posfordismo*. Ele é um dos que reconhece a existência de transformações objetivas das relações sociais, que levam ao que denominou de “renascer localista”. Para ele, trata-se de “[...] uma sorte de regressão coletiva, tendente a fixar [...] um ponto de referência que lhes permita [aos grupos] objetivar sua situação no espaço e no tempo, que se tornaram aceleradamente móveis”. E essa mobilidade é consequência de debilidades da sociedade civil, antes que uma expressão de seu vigor (RUBINSTEIN, 2002, p. 169).

Juan Carlos se refere, também, à presença de um marco igualitário que se constrói no âmbito da sociedade civil. No entanto, trata-se de uma “probabilidade de sua existência, através

* Doutor. Professor Assistente junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara, São Paulo. Contato: augusto@fclar.unesp.br.

da mobilidade”, e não da produção da igualdade efetiva entre os grupos, em decorrência da superação de contradições antagônicas. Os estudos das manifestações identitárias dos grupos vêm indicando alternativas à ordem constituída, dentro da ordem. De que maneira? Através do “aprofundamento e da radicalização” da análise compreensiva “[...] da ação política, já que, ao se contemplar seus interesses [dos grupos], se atende com mais precisão aos conteúdos das classes e as inter-relações de classes”. Com esforço, essa perspectiva, em alguns momentos, pode até ultrapassar o horizonte do discurso constituído (RUBINSTEIN, 2002, p. 171-178).

Pablo González Casanova, sociólogo mexicano, vai além, indicando aspectos importantes das formas cotidianas de existência, situando-as no processo histórico presente:

[...] se o neocapitalismo do Estado assistencialista acabou com o conceito-força dos proletários de todos os países capazes de se unirem – e o fez mediante a estratificação das classes trabalhadoras –, o capitalismo transnacional, em sua etapa de globalização, acentua as diferenças dos trabalhadores, mediante estruturas focalizadas ou localizadas que alteram, ainda mais, o pensar e o fazer das políticas de interesse geral, de por si limitadas, e eliminam ou neutralizam boa parte das conquistas alcançadas pelos trabalhadores organizados (GONZÁLEZ Casanova, 2002, p. 281-282).

A eliminação das referências históricas do passado de luta, de tradição, de princípios de autoridade, todos constituídos no confronto entre grupos de distintas classes que se antagonizam, acaba por produzir as chamadas “opções políticas focalizadas”, que “alteram categorias inteiras, como as de classe ou nação”. Além disso, “desintegram as categorias sociais e políticas”, transformando-as nos chamados “interesses particulares”, que cria obstáculos ao esforço de “conceber-expressar-atuar das ‘classes’ ou da ‘nação’”. É claro que essa política e essa ideologia dominantes se realizam em conseqüência de estratégias formuladas no âmbito do capital financeiro, com vistas a ampliar os espaços de liberdade para sua realização. Nas palavras de González Casanova: “[...] uma maior liberdade para a acumulação privada” (GONZÁLEZ Casanova, 2002, p. 282).

Próximo ao horizonte teórico do sociólogo mexicano, também opera o sociólogo venezuelano Ramón Casanova. Este integra um coletivo de discussão que organizou um seminário no ano de 2004 sobre o que chamou de “pensamento que guia a ação pública” no atual processo político bolivariano. Trata-se da “[...] preocupação [...] por explorar *uma interpretação das chaves intelectuais que estão por detrás do desenho da política social*”. Para ele, a crítica das políticas públicas tem que levar em conta os distintos movimentos políticos presentes, em cada conjuntura e, em particular, os projetos que se afirmam como alternativos e que apontam para “[...] uma reestruturação dos princípios que definem e regulam a institucionalidade do Estado” (CASANOVA, 2004, fl. 1) .

Segundo esse crítico do pensamento dominante de nossos dias, em particular, do pensamento social-democrata de defesa de uma governabilidade abstrata, é possível conceber “[...] experimentos de aceleração histórica heterodoxa que competem, abertamente, com o programa neoliberal” em territórios de embates políticos, sejam eles institucionais ou não. As experiências tornam-se “[...] o laboratório para o debate em torno das *vias possíveis de desenvolvimento alternativo* ao modo predominante da globalização” (CASANOVA, 2004, fl. 3).

Ramón Casanova toma argumentos originários da experiência republicana jacobina e indica alguns caminhos para a crítica da reflexão abstrata das políticas sociais locais, permitindo-nos acumular referências para a crítica das políticas locais voltadas à juventude. São seus argumentos:

Se para esta [tecnocracia liberal], simplificando muito as coisas e, sobretudo, através da linha do liberalismo individualista de Locke, as “éticas da equidade” [são] entendidas como “regras” do que é *justo* para atuar sobre as desvantagens originadas nas formas sociais da produção e reprodução, segundo um critério normativo que não viole o princípio da liberdade e sua instituição – o mercado –, [essas regras] delimitam a razão (e o limite “aceitável”) da política social e do Estado... uma e o outro são extensão de uma filosofia política da desigualdade. Sendo assim, não se trata, então, de reduzir a ação social do Estado, nas versões de um liberalismo social como o de Rawls, a uma política de focalização, de discriminação positiva – em que as desigualdades constitutivas não se concentrem entre os que dispõem de menores

recursos, mas sim de uma ação pública que tenha como finalidade a eliminação das fontes, que a partir de um modo de organização social concreto produzem a desigualdade (CASANOVA, 2004, fl. 7).

A crítica às políticas focais ou localizadas para a juventude exige, deste ponto de vista que também é o nosso, o questionamento dos seus fundamentos e de suas fontes de inspiração, de uma concepção de Estado e de ação política, que são “extensão de uma filosofia política da desigualdade”, hoje revestidas de um atributo que se encontra muito em voga: o natural. A desigualdade “natural” seria a razão da intervenção pública dentro “do possível”, sem se pretender alterar as estruturas reprodutoras da iniquidade. Num outro vértice, se coloca o sociólogo, empreendendo esforço na recuperação “[...] dos valores republicanos essenciais da *liberté, égalité e fraternité*” (CASANOVA, 2004, fl. 8).¹

A narcoeconomia latino-americana

Num ensaio bem trabalhado, Hardinghaus (1995) expõe as ramificações da narcoeconomia e suas relações com a limitada capacidade de o Estado intervir, com vistas a conter essa dimensão da reprodução do capital, que pode ser considerada uma das fontes das iniquidades sociais o Brasil. Essa economia ilícita revela, também, aspectos contraditórios do tema da segurança urbana e que atinge os jovens em nosso país, como de resto em toda a América Latina. Entre eles, a educação como alternativa à violência urbana.

A ingenuidade da educação para o consumo se deve ao fato de se abstrair a presença das chamadas drogas puras, como também das impuras da caracterização do mercado. É o autor quem destaca: “[...] é lançado no mercado (primeira metade dos anos

¹ Países como a Venezuela trazem novas experiências coletivas, que apontam para novas possibilidades de pesquisa sobre temas locais, que segundo o sociólogo venezuelano Ramón Casanova, refletem, também, falta de capacidade política, antes que recursos financeiros, para o enfrentamento dos problemas sociais das comunidades.

80) o *crack*, a novidade mais exitosa dos últimos vinte anos: cocaína para fumar”. A ela, se somam as drogas sintéticas, que chegam com as músicas das discotecas: “[...] a cada musica, sua própria droga”, através das “tecnopílulas”, nos salões de difusão da tecnomúsica (HARDINGHAUS, 1995, p. 3)

Seria demais indagar qual a política focal para a juventude, em distintos Estados do País, sobre essa nova narco-onda mercantil? Seria possível identificar nas chamadas políticas locais para a juventude referências de enfrentamento desse processo de difusão da narcoeconomia? E se a resposta encontrada se afirmar negativa, seria o caso de indagar se é possível identificar outras políticas públicas locais, distintas das presentes, que dessem conta do combate à fonte desse processo destrutivo que atinge, dominantemente, as novas gerações?

Já é sabido que os denominados estupefacientes foram difundidos, mundo afora, por ondas: a asiática, do ópio, durante os primeiros vinte anos do século XX; a da maconha e do haxixe, nos Estados Unidos da América, durante os anos 1960 e 70. A da cocaína, também nos Estados Unidos da América, nos anos 1980. Mais recentemente, as drogas sintéticas – *designer drugs* – californianas, em sua maioria (HARDINGHAUS, 1995, *idem*).

A drogadicção tem, por inúmeras razões, sua grandeza definida no mercado mundial. Até envolvendo concepções ecológicas de pureza: “[...] os movimentos ecológicos e biológicos também tem repercussões na oferta de estupefacientes. Os ofertantes de drogas naturais se defendem das drogas ‘desenhadas’: asseguram mercados, se diversificam”. Por essa razão, a Colômbia, um dos países citados pelo autor, tornou-se produtor diversificado de drogas: “[...] em princípio, um produtor de maconha se converteu no maior processador de cocaína e agora cultiva *amapola* [...] para a produção de heroína” (HARDINGHAUS, 1995, *idem*).

O autor apresenta uma base para posterior investigação criteriosa do processo, que pode ser referência para coleta de dados numa pesquisa de maior fôlego:

[...] podem-se fazer aproximações à realidade, a partir da área da investigação policial (depoimentos de acusados e testemunhas), da

assistência sanitária e terapêutica (registros sobre comportamentos, frequência e taxas de consumo, adictos registrados, hospitalizações, falecidos por uso de estupefacientes), da vigilância militar (fotos aéreas e de satélites de zonas de cultivo e laboratórios), da repressão alfandegária do contrabando [...] de pesquisas de campo realizadas por cientistas, de entrevistas com traficantes, em jornais especializados, produtores ou transportadores, dos movimentos de fundos nas áreas de fluxo intensivo de narcodinheiro, das estatísticas do sistema financeiro mundial e de bancos centrais nacionais. (HARDINGHAUS, 1995, p. 5)

Por fim, a formulação de políticas públicas de proteção dos jovens ameaçados pela narcoeconomia poderia ser referência para todas as políticas locais para a juventude; que deveriam se estruturar a partir da identificação da cadeia produtiva de mercadorias e serviços dominantes, mas também da cadeia reprodutiva da violência, que, segundo Ianni (2004), se tornou mediação da estrutura produtiva, mais do que fenômeno supra-estrutural. Para ele, a violência:

Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política. (IANNI, 2004, p. 169)

É por esses e outros motivos que se torna cada vez mais expressiva a importância de desenvolvimento de pesquisas no âmbito de cada região e de cada localidade, dos Estados regionais. Algumas cidades são alvos preferenciais dos estruturadores do comércio de drogas. Como afirma Hardinghaus, “[...] o dinheiro é o acompanhante fixo da droga, seu amante furtivo (e tenebroso). É combustível de todo o processo de produção e venda, percorre o caminho de ida até o consumidor final e, também de volta, do distribuidor ao produtor” (HARDINGHAUS, 1995, p. 10)

No âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, criada no início do governo Lula, foram indicados desafios nacionais voltados à defesa da integridade da vida, dos brasileiros e outras nacionalidades que coabitam nosso país. Esses temas devem e podem ser tratados sob a ótica dos direitos humanos e da seguran-

ça pública, ampliando horizontes de compreensão². São eles: 1 – a presença de trabalho escravo em grandes propriedades agrárias; 2 – a existências de mais de uma centena de rotas de prostituição nacional, algumas com nexos internacionais. No âmbito local, essa segunda prática agressora dos direitos humanos e produtora de insegurança pública é possível de ser observada em espaços urbanos, concretos, como em espaços virtuais. Como diz respeito ao tema que trabalhamos, indicamos alguns de seus territórios:

- rede de entretenimento (*shoppings centers*, boates, bares, restaurantes, motéis, barracas de praia, lanchonetes, danceterias, casas de shows, quadras de escolas de samba, prostíbulos, casas de massagens, etc.);
- redes de mercado da moda (*fashion*): agências de modelos (fotográficos, vídeos, filmes) e da moda;
- rede de agências de casamento. Dentre as formas de inserção nas redes de tráfico, o casamento é a que envolve a maior dificuldade de caracterização, devido ao envolvimento afetivo e amoroso, característico do relacionamento interpessoal;
- rede de tele-sexo: anúncios de jornais, internet e TVs (circuito interno);
- rede de indústria do turismo – agências de viagem, hotéis, spas/resorts, taxistas, transporte de turista. (PESTRAF, 2006).

Encontramos os primeiros registros de violência, em âmbito nacional, com grave incidência sobre os jovens, no portal da Unesco/ Brasil, com a referência sobre a pesquisa que envolveu o estudo da vitimização de jovens no País³.

2 No portal do Ministério da Justiça podem ser colhidas informações sobre o órgão responsável pelo combate ao trabalho escravo. Trata-se da Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, que tem a função primordial de monitorar a execução do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Lançado em 11 de março de 2003, o Plano contém 76 ações. Cf. www.mj.gov.br

3 Como se esclarece: “[...] consiste em uma leitura social das mortes violentas de jovens brasileiros com base em informações da Base de Dados Nacional do Sistema de Informações da Mortalidade (SIM), do Datasus do Ministério da Saúde, para as faixas etárias de 15 a 24 anos e para o conjunto da população. O Mapa da violência IV utiliza dados de 1993 a 2002, possibilitando uma análise das mortes de jovens por causas externas (acidentes de transporte, homicídios e suicídios) nesse período”. (Disponível em www.unesco.org.br)

No início de 2003, os esforços, bem-sucedidos, da produção desse chamado *mapa da violência* vieram a público, e a quarta edição dirigiu-se ao estudo da vitimização dos jovens. Nesse documento, se esclarece que 11% dos homicídios praticados em todo o mundo eram consumados em nosso país, sendo, por isso, a quinta nação em número de jovens mortos por causas violentas externas. Colômbia, Ilhas Virgens, El Salvador e Venezuela o antecediam em índices de homicídio. Porém, a citação dos outros três países latino-americanos e um território de remota ocupação britânica de maneira nenhuma deve tranqüilizar a nossa consciência⁴.

Para o sociólogo e coordenador da pesquisa Julio Jacob Waiselfisz, a exclusão social é a maior responsável da *causa mortis* desses jovens, e ele aponta como solução o preparo de políticas públicas para a juventude. Essa forma de exclusão deve ser entendida, já o esclareceu Oliveira (1998), como a face econômica da globalização capitalista contemporânea e, portanto, uma referência importante, embora remota, para a discussão de políticas de segurança para os jovens. A exclusão social não deve ser, por essa razão, foco e ponto de partida, uma vez que ela se apresenta num nível excessivamente abstrato em cada cidade.

Na verdade, a violência contra a pessoa se apresenta sob múltiplas formas, não só como exploração, nos termos já expostos por outros pesquisadores do tema, que buscaram configurar seu caráter contemporâneo. Num texto sintético sobre uma larga pesquisa, publicado pela revista da SBPC – *Ciência e Cultura*, Sérgio Adorno e Nancy Cardia esclareceram que: “[...] não há, no Brasil, uma tradição de estudos sobre violência, crime e direitos humanos”, comparativamente aos esforços empreendidos nos Estados Unidos e no Canadá. Daí sugerirem uma busca de referências em três campos distintos: da Psicologia, do Direito e das Ciências Sociais. O que é significativo nesse alerta é a busca da interdisciplinaridade para enfrentar a exigência da

⁴ As informações sobre o caráter dessa pesquisa podem ser colhidas em www2.rnw.nl/rnw/es/informes/ninezjuventud/act040611_violenciabrasil.html

compreensão científica dos fenômenos da violência, assim como da insegurança pública. Mesmo sem tradição, a bibliografia já reunida é vasta, como pode se observar no levantamento realizado por Adorno e Cárdua (2002).

Premissas de segurança pública local para a América Latina e o Brasil

O criminologista Elias Carranza, diretor do Instituto Latinoamericano de Naciones Unidas para la Prevención del Delito y Tratamiento del Delincuente – Ilanud –, identifica a expansão das atividades delituosas como uma expressão “negativa” da globalização. Para analisá-la, recorre ao conceito de *criminalidade ordinária*: “[...] que afeta mais diretamente as pessoas e à qual comumente se faz referência ao se tratar de segurança dos cidadãos”. Alertou para o registro do caráter crescentemente mercantil da criminalidade sob a forma de delito sexual, “[...] cujo móvel é o lucro e que implica a exploração comercial de mulheres, meninos, meninas e adolescentes” e “[...] cujas prevenção e sanção deixam muito a desejar, a despeito de sua gravidade” (CARRANZA, 2004, p. 54-55).

De certa forma pessimista, afirma que “[...] caímos no círculo vicioso de mais delito, mais justiça penal e penas mais drásticas, e também mais prevenção direta (defesa pessoal armada, custódias) sem conseguir reduzir a atividade criminal” (CARRANZA, 2004, p. 57).

Para a superação dessa conjuntura traz mais um conceito, da *prevenção primária*, que significa “[...] implementação de políticas públicas em outros setores do Estado [que não sejam vinculados à segurança repressiva]”. Entre elas, apresenta a antítese da concepção nova-iorquina de “segurança zero”, através da defesa da implantação de “[...] programas de prevenção e tolerância zero para a marginalização (ou exclusão)”, além da “[...] prevenção primária por excelência [...] restabelecendo-se o equilíbrio entre controle, sanções e prevenção”. Propõe enfrentamento da “[...] iniquidade e injustiça na distribuição de renda, entre os países e dentro deles” (CARRANZA, 2004, p. 59-63).

Ao se referir à pesquisa realizada pelo Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade, sediado em Montreal, Canadá, destaca, no entanto, algumas conclusões que alimentam algo de contraditório:

- 1) que o aumento proporcional da população juvenil em cada país tem relação com o aumento das práticas delitivas;
- 2) que o aumento do tempo ocioso dos jovens tem relação com a elevação dos registros dos delitos, entendendo-se ócio como o tempo vivido fora da escola e longe do convívio familiar;
- 3) que a elevação do desemprego se associa à elevação do delito;
- 4) que o crescimento da desigualdade de distribuição de riqueza também promove o crescimento dos delitos;
- 5) que a redução do consumo *per capita* se associa à elevação dos registros de práticas delituosas;
- 6) que a acelerada urbanização suntuosa promove a aceleração das iniciativas delituosas (Cf. CARRANZA, 2004, p. 60).

O jurista caminha para uma conclusão de caráter conservador, nesses termos: “[...] o sensato seria atuar sobre as variáveis que aparecem associadas ao delito, para reduzir sua incidência”. Como, por exemplo, implementar ações de maneira a que “[...] nenhuma pessoa em idade escolar fique fora da escola”, para, ao final, citar relatório da *Rand Corporation* sobre custos das possíveis medidas preventivas, que se expressariam através das seguintes cifras e argumentos:

- 1) mais penalização dos delitos elevaria os impostos dos cidadãos em US\$ 228,00, em cada localidade;
- 2) programas de penas alternativas geraria um acréscimo de US\$ 118,00;
- 3) programas de capacitação dos pais, US\$ 48,00;
- 4) bolsas de incentivo para que os jovens concluem sua formação escolar, US\$ 32,00 (CARRANZA, 2004, p. 61).

Dissemos que suas concepções têm origem em idéias conservadoras pelos motivos que agora passamos a expor. Primeiro, por considerar os jovens como apenas um contingente

populacional, distinto dos demais pela faixa etária e pelo tempo de ociosidade perante o processo produtivo presente. Trata-se de equívoco assimilado, antes que produzido, uma vez que os relatórios a que se referiu, sejam nacionais, sejam internacionais, consideram os jovens apenas em suas expressões quantitativas. Nada mais falso.

Esses jovens podem se distinguir em inúmeras categorias sociais, com base em suas origens de classe, origens étnicas, territoriais e sexuais. Esses jovens podem integrar famílias monoparentais, que viveram processo de desestruturação, com a perda de uma de suas referências adultas, por acidente, doença, morte ocasional. Podem ser filhos de desabrigados, desempregados, indigentes, ou seu inverso, integrantes de famílias de elevada renda, que vivem de forma nababesca, que consideram suas cidades apenas como espaços de realização de interesses privados, que alimentam a incultura da delinquência, que são assistidos de maneira integral em suas práticas consumistas em suas cidades de origem. Podem ser vítimas de agressões físicas, morais, sexuais, étnicas, raciais, independentes de suas rendas familiares.

A segunda falácia se refere ao chamado “tempo ocioso”. Ela tem dois aspectos problemáticos: o primeiro é conceber o tempo ocioso dos jovens de forma homogênea; o segundo é pressupor o tempo de ocupação profissionalizante como um tempo sempre vinculado a processos formativos. O ócio foi debatido, recentemente, por pesquisadores catalães (seus trabalhos serão apresentados mais adiante), mas uma referência é certa: o ócio tem uma dimensão de classe ignorada pelos neoconservadores. Quem vai além de seu horizonte histórico deve levar em conta a existência de associação do ócio a mediações culturais e políticas, entendendo esse ócio como tempo livre, com potencialidades de expressar compromissos, de toda ordem: familiares, escolares e profissionais.

O ócio dos jovens integrantes de famílias cujo orçamento é precário e que vivem nos bairros chamados periféricos tem conteúdos distintos e formas distintas do ócio dos jovens de bairros de famílias das chamadas classes médias. Os primeiros têm a rua como referência de espaço de convivência e até de

formação, no sentido cultural. Ocupam terrenos que se transformam em campos de futebol, quadras para prática de dança, para empinar pipa, rodar pião, entre outras atividades próprias de suas idades. Integram-se a grupos de hip-hop e dançam, cantam, desenham. Onde está a violência nisso?

Os jovens das classes médias, desde seus quinze anos, frequentam os *shopping centers*, cinemas da cidade, clubes, bares e passeiam pelas ruas de seus bairros, de bicicleta, de moto, antes e depois dos dezoito anos de idade. Aqui, a distância com práticas de violência também é clara. Há dispersão de atenções, clima de euforia, agitação, não violência imediata.

É possível considerar, apenas por hipótese, que o caráter violento a que se refere Carranzas viria das relações mercantis que envolvem esses distintos grupos sociais, reproduzidas a partir de padrões originários nos consumidores adultos. Trata-se de manifestação que pode estar na origem do processo constituidor das culturas juvenis.

O assédio para o consumo de droga, esse sim é violento; o assédio para a prática de consumo da prostituição, também; o primeiro copinho de chope, mesmo guardando ar de inocência, da mesma forma. A liberalidade para condução de motocicletas e carros sem correspondente documentação que a habilite pode ser premissa de situações violentas; as brincadeiras de transitar por parques com armas artificiais, que descarregam tinta vermelha ou semelhante, quando se dispara, de pessoa para pessoa, que lá também estão brincando, simulando verdadeiras caçadas humanas, não têm adjetivo que as qualifique. As festas carnavalescas organizadas por empresas, em período distante do Carnaval, para produzir-se, ou se reproduzirem momentos maiores de euforia etílica, narcótica, sexual guardam o mesmo caráter, embora mais sutil.

Essas, como outras, são formas de violência que dificultam a compreensão do tempo presente, como tempo de formação e desenvolvimento de compromissos com a sociedade presente e a história dos povos que as integram. Agregados ao fato da ausência de apelo político aos jovens, por parte dos partidos, organiza-

ções não-governamentais, governos locais, regionais e nacionais constituídos, parlamentos e outras instituições públicas existentes em nossa sociedade.

Outra falácia é a de considerar a elevação do desemprego, em cada sociedade, como base da elevação dos delitos, pois o próprio sistema penitenciário é desfigurado:

A debilidade que mostram os sistemas penais não só se circunscreve a uma deficiente prevenção dos delitos, como também abarca o âmbito de perseguição [e] o das instituições de execução de condenações, particularmente a prisão das pessoas. (TENORIO Tagle, 2002, p. 15)

A afirmação “*a redução do consumo per capita se associa à elevação dos registros de práticas delituosas*” mereceria, talvez, o silêncio, não fosse o prejuízo reacionário que carrega essa expressão. A impunidade, já se demonstrou, é a motivadora da expansão de práticas delituosas, em larga escala, em âmbitos local, regional, nacional e internacional.

Por fim, tomemos a afirmação sobre a “acelerada urbanização suntuosa [que] promove a aceleração das iniciativas delituosas”. A iniciativa acelerada dos agentes produtores da urbanização, se vista em cada cidade, desde o horizonte da legislação urbana vigente, seria exemplificadora de uma sucessão de delitos, antes que ordenamentos cívicos: desrespeito a planos diretores de cidades, desrespeito a leis de proteção de pessoas contra ruídos, riscos de explosão de postos de abastecimento de combustível próximos a escolas; poluição visual de avenidas, desregulada exposição de cartazes luminosos por todas as esquinas, encobrendo até semáforos e sinalizações de trânsito. Antenas de transmissão de sinais de telefonia móveis fixadas a menos de três quilômetros de residências. Depósitos de entulho de construção e lixo em terrenos baldios. Onde entrariam os jovens nessas desordenadas iniciativas? É difícil imaginar.

Por essas e outras razões é que surgiu, no final da década de 1990, o Fórum Europeu para a Segurança Urbana e Democracia, cuja grande iniciativa foi a promoção de um encontro de jovens na cidade de Nápoles, Itália, no ano 2000. O Manifesto de

Nápoles, aprovado ao final da reunião, tornou-se conhecido pelas diretrizes afirmativas para enfrentamento desses aspectos de insegurança urbana e outros mais.

As premissas presentes no manifesto dão o caráter inicial da cidade idealizada pelos jovens europeus. No século XXI, elas devem ser: igualitárias, reconhecidas como heterogêneas, hospitaleiras, perante os processos migratórios e tolerantes. Decorre dessa concepção o caráter da segurança, como “bem comum essencial ao desenvolvimento”, como prática de prevenção, de “multiplicação de serviços e de redução de riscos”, como política de encontro de renovadas parcerias “entre os atores econômicos e sociais”, para imprimir um novo caráter à presença familiar nos bairros, à existências das escolas, das próprias empresas e uma nova compreensão cultural das ruas. A concepção de política pública indicada trouxe a necessidade de “prevenção, multiplicação de serviços e redução de risco”. Esses devem ser os parâmetros para avaliar algumas pesquisas sobre perfil dos jovens e projetos de políticas públicas, amplos e locais, para a juventude. Alguns no Brasil e outros trazidos de uma significativa experiência catalã. (Cf. www.urbansecurity.org/fesu/popup_sd).

Começamos pela pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada nos anos 2004 e 2005 pelo Instituto Polis e pelo Ibase. O objetivo final desse trabalho é a discussão de alternativas de participação dos jovens em processos comunitários, locais ou coletivos. Seus pesquisadores envolveram-se com 8.000 jovens de 15 a 24 anos de idade, que vivem nas chamadas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.

Seus analistas tomaram como referência a constituição de supra-estruturas políticas e administrativas governamentais, por eles denominadas *manifestações participativas*, e também *interesses dessa significativa parcela da população*. Trata-se, inicialmente, da afirmação de um viés demográfico estruturador do levantamento de campo e da análise, ao mesmo tempo em que propõem considerar os jovens como categoria “[...] em permanente cons-

trução social e histórica [...] em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas, etc.". Fica-nos a pergunta inicial, sobre qual categoria social não se encontra envolta nesse processo constitutivo, o que leva a parecer que os jovens não foram identificados como uma categoria social distinta das demais, uma vez que crianças, adolescentes, idosos têm as mesmas características, se quisermos ficar, apenas, dentro de parâmetros etários (POLIS/IBASE, 2005, p. 6-7).

Alternam os conceitos juventude, geração e população, para afirmarem que "[...] não há mais valores pertencentes a apenas uma geração [e] que há desconfiança generalizada da população na 'política'". Se a premissa fosse verdadeira, então as pesquisas sobre juventude deixariam de ter horizontes culturais próprios como referência, correspondentes à sua existência singular. Seriam compartilhados com outras gerações, ou categorias geracionais, neutralizando a sua configuração como algo que se distingue das demais pelas suas idades. Se a abordagem é válida, o mesmo poderia ser afirmado sobre outras categorias etárias, como adultos ou idosos, uma vez que a alteridade e a diversidade são constituintes da pluralidade, que é essencial à dimensão humana (POLIS/IBASE, 2005, p. 9).

Como se trata de uma pesquisa de opinião, a equipe de investigadores buscou distingui-la incorporando uma metodologia atual, denominada *Grupo de Diálogo*, tradução de *Choice Work Dialogue*, concebido por Daniel Yankolovich. Com isso, buscaram "[...] criar oportunidade para que esses grupos exercitem coletivamente diferentes reflexões sobre o tema [...] provocando reflexões pessoais". Além disso, trabalharam com "tipos ideais de participação", que já teriam referência concreta na sociedade brasileira (POLIS/IBASE, 2005, p. 12-13).

A expectativa dos pesquisadores adultos era de que, em algum momento, "[...] esses(as) mesmos(as) jovens verbalizavam um recado [sic] para os(as) governantes". É louvável a explicitação da existência de jovens de ambos os sexos no território da pesquisa, mesmo sabendo-se que tanto o contingente masculino como o feminino equivalem, sempre, a algo muito próximo dos

50% de grandes grupos em estudo. No entanto, um apelo se faz necessário: para nós, os acadêmicos, encontrarmos formas estilísticas de superação dessa cacofonia. Há, em seguida, um capítulo sobre o perfil dos jovens, quando esses são estratificados em classes A, B, C e D, dentro do modelo tomado e denominado “Critério Brasil” (POLIS/IBASE, 2005, p. 14).

Aqui, gostaria de destacar o que de muito importante a pesquisa apresenta no contexto deste nosso ensaio. Primeiramente, uma sistematização das expectativas dos jovens perante distintas instituições e situações presentes na sociedade civil. Com relação à sua formação escolar, esperam:

- expansão do Ensino Médio;
- mais professores nas escolas;
- professores mais qualificados e melhor remuneração;
- melhores currículos, metodologias, material didático e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios);
- mais verbas/investimentos para a educação;
- melhores condições de funcionamento das escolas/preservação das escolas;
- mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade (POLIS/IBASE, 2005, p. 23).

Os pesquisadores nos trazem nova categoria analítica para considerar as expectativas dos jovens. São elas: “jovens pobres e jovens ricos”, que indicam a necessidade de se diferenciarem as falas dos jovens, porque “[...] sendo as necessidades e aspirações dos (as) jovens pobres e as dos (das) ricos (as) tão marcadamente diferenciadas, estas precisam ser, portanto, obrigatoriamente consideradas no desenho das políticas” (POLIS/IBASE, 2005, p. 26).

Por esse raciocínio, haveria que produzir políticas distintas para jovens ricos e jovens pobres, ou considerar a distinção que essas classes de jovens realizam, para constituir um leque amplo de alternativas de políticas públicas, de modo a atender a ambas as expectativas.

A pesquisa indaga sobre acesso a computador, situação de trabalho de jovens participantes e conteúdo manifesto na busca dos jovens em relação ao mercado de trabalho. Sobre esse último aspecto, os dados são interpretados como indicando uma contestação do “restrito mercado de trabalho”, em “conseguir o primeiro emprego”, em “enfrentar preconceitos”, decorrentes da inexperience profissional. Aqui vale perguntar se há políticas públicas para enfrentamento dessa prática que pudessem ser referência para uma análise mais profunda (POLIS/IBASE, 2005, p. 31).

Existindo ou não, os jovens se antecipam em apontar a inadequação entre o período de trabalho remunerado e a jornada de estudo regular. Além disso, propõem uma ampliação dos conteúdos ensinados nas disciplinas escolares com vistas à maior aproximação com o mercado de trabalho.

Outra contrariedade refere-se à “[...] falta de espaços de cultura e lazer”, à “[...] concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades”; “[...] à pouca valorização da cultura brasileira/regional”; à “[...] falta de apoio/patrocínio visando baratear os custos”; à “[...] falta de segurança” (POLIS/IBASE, 2005, p. 34).

Aqui, os autores da pesquisa parecem expor uma fragilidade conceitual, que dificulta a compreensão tanto das falas como de uma possível análise. Se tomarmos como pressuposto que o conceito de cultura tem dimensão universal, manifestações particulares e singulares, pouco seria esclarecido se colocado ao lado do conceito de lazer, que tem dimensão institucional, funcional, sistêmica e mercantil. Cultura, em nossa perspectiva, jamais pode ser “ofertada” ou “localizada em espaços”, como não há como baratear custos de manifestações culturais. Agora, para difundir a cultura brasileira regional, sem dúvida há necessidade de investimentos em grupos constituídos e projetos que objetivem a potencialidade das experiências desses grupos, que ao consumidor pode se apresentar como prática de lazer. Mas só ao consumidor, não aos grupos que desenvolvem suas práticas culturais.

Quanto ao tema da falta de segurança, associado à cultura e ao lazer, a pesquisa busca registrar uma relação, quando os jovens se referem à frequência a *shopping centers*, parques e pra-

ças. No primeiro caso, as empresas que se constituem no interior desses centros de comércio já têm seu corpo de segurança privado. Quanto às praças, há que indagar, em cada metrópole, em cada cidade de médio porte e pequeno, se esses espaços são considerados como possibilidades de manifestações culturais. Só então poderíamos refletir sobre os aspectos da “falta de segurança”.

Associada a essa conjunção cultura-lazer, a pesquisa traz o que denomina “tensão entre [...] demanda por descentralização [...] e [...] a sugestão de extensão de passe livre para que os(as) jovens, e não apenas os(as) estudantes, possam circular pela cidade, em direção aos espaços em que esses bens estão disponíveis”. De fato, seria de indagar se uma política de passe-livre para os jovens integra o repertório de iniciativas públicas locais para atenção às suas expectativas (POLIS/IBASE, 2005, p. 37).

Num momento adiante, os pesquisadores ouviram depoimentos de jovens, contestando as práticas governamentais, como foi a de um jovem de Belém do Pará, ao afirmar que “[...] o Governo só pára para nos escutar quando fazemos movimentos em massa, tipo Diretas Já”. Seria, sim, pertinente explorar a relação entre políticas locais para os jovens e movimentos locais de resistência e se aquelas guardam relação com as práticas juvenis de contestação (POLIS/IBASE, 2005, p. 48).

Os jovens indicaram o que foi denominado pelos pesquisadores de “[...] condições estabelecidas pelos jovens para apoiar o Caminho 1”, que lhes foi apresentado, através da frase: “eu me engajo e tenho uma bandeira de luta”. Recordemos que o tema foi objeto de discussão no chamado grupo de diálogo. As manifestações mais presentes sobre essa possibilidade, os pesquisadores sintetizaram nas seguintes expressões, em mais de 60% das manifestações:

- haja luta por direitos e combate à desigualdade;
- existam espaços de participação da sociedade;
- haja participação de jovens;
- haja participação e responsabilidade do governo (POLIS/IBASE, 2005, p. 52).

São exatamente as mesmas respostas, ditas de outra maneira, quando se apresentou o chamado caminho 2: “eu sou voluntário e faço a diferença”, o que poderia nos levar a concluir, e aos pesquisadores também, que entre voluntariado e engajamento em bandeiras de luta os jovens não fazem distinção alguma:

- haja participação e responsabilidade do governo;
- melhore os problemas da população/faça um Brasil melhor;
- haja reconhecimento do trabalho voluntário dos(as) jovens;
- existam espaços de participação da sociedade (POLIS/IBASE, 2005, p. 57).

Colocados uns ao lado dos outros, temos:

- haja luta por direitos e combate à desigualdade/ melhore os problemas da população/faça um Brasil melhor;
- existam espaços de participação da sociedade/ existam espaços de participação da sociedade;
- haja participação de jovens/ haja reconhecimento do trabalho voluntário dos(as) jovens;
- haja participação e responsabilidade do governo/ haja participação e responsabilidade do governo.

Há, aqui, um problema metodológico. Os pesquisadores trabalharam com conceituação, talvez, sem distinguir seu conteúdo para os jovens, que expressaram suas expectativas espontaneamente. E o impressionante é que o mesmo ocorre com o chamado Caminho 3: “eu e meu grupo, nós damos o recado”, pois, na síntese apresentada pelos pesquisadores, vamos encontrar, novamente: *“haja ajuda do governo e de políticos; não haja discriminação, e os grupos estejam abertos à participação de todos; tenha intenção de fazer uma sociedade/um Brasil melhor* (POLIS/IBASE, 2005, p. 60).

Os percentuais se alteraram junto a cada manifestação, mas não nos parecem transformações ou novas formas de compreensão ou consciência dos grupos de jovens. Segue a tudo o que os pesquisadores chamaram de: “recado dos(as)jovens para os(as) ‘políticos(as)’” (POLIS/IBASE, 2005, p. 65).

Enuncia-se uma interpretação adulta, mais que acadêmica, da fala dos jovens. Isto porque esta fala deixou de ser desconsiderada como expressão imediata da linguagem – essa como consciência prática dos grupos –, como sobre isso se já expressou Schaff (1969). Os autores da pesquisa desconsideraram, na análise, a mediação da consciência social e, por decorrência, suas formas de manifestação, na exposição de valores grupais existenciais. Tomaram o “ouvido” pelo “dito”.

Para finalizar, recomendam que “[...] as políticas públicas devem ser capazes de reconciliar os(as) jovens com as instituições, por meio da criação de canais de participação na gestão da coisa pública” (POLIS/IBASE, 2005, p. 83).

Fica difícil ao intelectual que tem trajetória de militância, em sentido amplo, nos termos já colocados por Antonio Cândido, como comprometimento intelectual em busca de consequência prática, acolher os conteúdos desse último esforço de caracterização dos jovens metropolitanos, que, sem dúvida, ocorreu. Parece-nos discrepante da densidade da pesquisa, por fim, a exposição, quase ao final, da conclusão de que:

É preciso fomentar a constituição de espaços públicos, de centros e clubes culturais, artísticos e esportivos como forma de aproveitar o potencial de participação e associativismo dos (as) jovens. É sabido que esses espaços de participação podem, em grande medida, se constituir – desde que democraticamente gerenciados [sic] – como “governos em miniatura” na gestão de fundos públicos e de interesses coletivos. [...] como meio caminho entre o “mundo privado” e o “mundo público” (POLIS/IBASE, 2005, p. 84)

Talvez o tempo tenha desgastado um pouco os horizontes da compreensão da militância próxima passada, como a que se registrou na década de 1990, quando práticas políticas e utopias faziam parte do cotidiano juvenil. Janice Tirelli Ponte de Sousa expôs, em trabalho cuidadoso, os conteúdos desses dias, que ainda devem ter seu valor reconhecido. Num primeiro esforço, objetivou o nexos existente entre manifestações juvenis e processos políticos e culturais mais amplos:

Intenções, utopias, projetos, rebeldias, transgressões são elementos concretos nas relações vividas por essa faixa etária, mas, isolados como comportamentos próprios dos jovens, não são explicativos das relações que envolvem a juventude. (SOUSA, 1999, p. 25)

Para essa autora, como para nós, “[...] a militância transforma a vida do jovem, educa-o e lhe dá um suporte para criar estratégias que fortalecem sua subjetividade em conflito”. Essa referência é central a quem deseja refletir, de maneira crítica, sobre as políticas locais para a juventude, inclusive as de lazer. E a síntese que aqui é exposta revela, antes de tudo, uma subjetividade presente, construída e em construção, como tudo que é dialético, que se objetiva como força social, quando reconhecida e mobilizada. Essa militância integra momentos e mediações que dizem respeito ao processo de *reprodução* como de *emancipação*, como ela o reconhece no próprio conceito de juventude, “elo entre tempos diferentes”. Por certo, tempos e conteúdos distintos. E respaldam seus argumentos os ensaios de Balardini (2004) sobre as gerações jovens na Argentina, como o de Urteaga e Pérez-Islás (2004), ao se debruçarem sobre os jovens mexicanos, sua militância e movimentos, nessas décadas finais do século passado (Cf. SOUSA, 1999, p. 28).

O estudo de políticas de juventude, originárias dos movimentos, organizações governamentais ou não-governamentais necessita ter por referência os grupos que integram os jovens já em movimento.

Respalda-nos nessa observação a experiência de pesquisa e formulação de políticas públicas locais para a juventude, como anunciamos, que se realiza na Catalunha, território espanhol que busca, há tempo, se afirmar em processo permanente de emancipação e que é de conhecimento de pesquisadores de nossas melhores universidades. Com a exposição sintética de alguns dos ensaios e relatórios de pesquisa realizados no âmbito do Observatório Catalão da Juventude, buscamos apresentar um repertório alternativo e comparativo de temáticas para o estudo de movimentos, processos e práticas juvenis presentes no Brasil, com a expectativa que permitam ultrapassar as atuais concepções abstratas sobre segurança juvenil e os enredos monotônicos de estudos da violência brasileira.

Para a reflexão crítica sobre jovens, juventudes e movimentos no século XXI

No início do século XXI, o Observatório Catalão da Juventude, sediado em Barcelona, prosseguiu na edição de uma série periódica intitulada *Aportacions*, que apresenta a nós temas sobre experiências juvenis num território pacífico como dessa belíssima cidade também projetada pelo arquiteto e escultor Gaudí.

Feixa (2001) traz em seu ensaio *Generació@: la juventut al segle XXI* uma discussão sobre a concepção de tempo dos jovens e suas idades, essas entendidas como estados “biográficos construídos culturalmente”. O processo de formação dessa identidade está longe de ser simples, uma vez que “[...] as condições sociais se configuram a partir da interação entre cultura hegemônica [...] e culturas parentais”, essas trazidas das grandes tradições dos ambientes de origem dos jovens. Ao identificar a relação das culturas juvenis com o tempo histórico, Carles Feixa Pàmpols traz a referência da relação entre permanência do passado com contextos de frágeis relações mercantis (FEIXA, 2001, p. 7-13).

O século XX se apresenta como o momento histórico de democratização das culturas juvenis, quando “[...] diversas reformas junto à escola, o mercado de trabalho, a família, o serviço militar, as associações juvenis” e o seu entorno “[...] permitem que surja uma nova geração consciente de criar uma cultura própria, distinta e diferente daquela dos adultos” (FEIXA, 2001, p. 27).

Por isso, nos conta que, nos dias de hoje, viveríamos um:

[...] modelo de adolescência híbrido, ambivalente, dividido entre uma crescente infantilização social – que se traduz pela dependência econômica e ausência de espaço de responsabilidade – e uma progressiva maturação intelectual – expressa pelo acesso às novas tecnologias da comunicação [...] o retardo permanente no acesso ao trabalho e à moradia própria [...] um modelo de inserção “virtual” na sociedade. (FEIXA, 2001, p. 52)

González e outros (2003) abrem o debate sobre a ocupação juvenil e as políticas públicas da Catalunha. O tema da moradia é associado ao reconhecimento de movimentos juvenis de resis-

tência que promovem ocupação de imóveis desabitados na cidade de Barcelona. Esse processo de ocupação foi discriminado, por iniciativa parlamentar, o que permitiu que os poderes locais reconheçam os movimentos juvenis como interlocutores para definição ou ampliação de políticas públicas. De um ponto de vista metódico, se reconhece a existência de uma “[...] mudança cultural, que leva à substituição progressiva das relações de produção tradicionais – centradas no mundo do trabalho – para outras de consumo – centrada no tempo livre – como eixo vertebral das identidades pessoais e coletivas”. E os autores acrescentam: “[...] é nesse sentido que surge o conceito de juventude ociosa” (GONZÁLEZ, 2003, p. 7).

Também como referência metodológica, afirma-se que o contexto presente revela dois tipos de políticas para a juventude: as nucleares e as periféricas. As primeiras “[...] implicam modificações da trajetória vital, constituem-se, basicamente, em políticas formativas, laborais e de habitação”. Já as periféricas são aquelas que trazem a nossa conhecida referência da *qualidade de vida* (GONZÁLEZ, 2003, p. 9).

De maneira complementar, as políticas ganham forma explícita ou implícita. Entre as primeiras, encontram-se as realizadas através de órgãos públicos gestores de políticas para a juventude, como os conselhos locais ou departamentos administrativos próprios. Já as implícitas são as relacionadas com direitos universais como educação, habitação, trabalho, saúde, entre outros. Na Catalunha, vamos encontrar iniciativas públicas numa dimensão ainda inexistente em nosso país. Trata-se das políticas integrais que abordam “[...] as condições juvenis de todos os âmbitos possíveis, na dimensão política”. Essas valorizam mais os conteúdos políticos nucleares do que periféricos (GONZÁLEZ, 2003, p. 10).

Há também uma distinção ideológica a ser feita: as políticas de juventude podem ser expressas através de um enfoque social-democrata ou conservador, para ficarmos em dois que estão, de certa forma, presentes em nosso contexto político. O segundo é mais marcante, uma vez que: “[...] se responsabilizam pelas desigualdades as próprias pessoas discriminadas, e não as estruturas sociais e econômicas”. Nesse contexto, “[...] os que não aceitam

trabalhar – inclusive sob a forma precária – são pessoas ociosas e, por extensão, delinqüentes potenciais” (GONZÁLEZ, 2003, p. 11).

Houve, na Catalunha, a proposta de criar uma renda mínima, “renda cidadã” ou “salário social”, para ser destinado aos jovens desocupados. Porém, para os pesquisadores, essa política entre em contradição com a lógica do sistema, que pressupõe a presença histórica do exército industrial de reserva. O impasse apresentado se superaria, segundo os pesquisadores, pelos movimentos de ocupação, eles próprios “[...] atores que produzem políticas públicas” (GONZÁLEZ, 2003, p. 14).

Martínez Sanmartí (2003) avança num debate sobre cultura juvenil e gênero. Seus argumentos iniciais indicam uma forte premissa teórico-metodológica, qual seja: “[...] é a cultura que ajuda a distinguir o que tem sentido do que não tem, o que é importante do que é supérfluo; aqueles jovens que se assemelham dos que lhes são antagônicos”. Ao tratar da relação entre gênero e cultura, também destaca um aspecto da maior importância para o estudo dos movimentos e políticas juvenis: “[...] a análise da relação entre gênero e cultura juvenil [revela] novas formas de relações culturais”, antes que de gênero, em abstrato. E ao falar de “novas”, considera [que] “[...] é sempre uma licença lingüística suspeita [e] será melhor que se explique a que nos referimos” (MARTÍNEZ Sanmartí, 2003, p. 5-6).

Ao considerar a subjetividade em construção, alerta para uma mediação, de certa forma original, no contexto da reprodução material e ideológica. Para ele, a “progressiva *subjetivização* [sic] da identidade” se expressa, no interior das manifestações juvenis, mais como emoção do que como sensação: “[...] a diferença e a novidade que apresenta o consumo moderno é que a preocupação já não é *ter sensações*, torna-se *ter emoções*”. Isto porque o capital buscou, através das relações mercantis, o “*consumidor adolescente*”, disposto a se emocionar. Por essas e outras razões, tem ele rigor ao afirmar que “[...] a cultura juvenil não é uniforme nem evidente por si mesma”. E, da mesma maneira, o gênero se manifesta “[...] em cada contexto e em cada momento histórico como *masculinidade* e *feminilidade* (MARTÍNEZ Sanmartí, 2003, p. 7-9).

Para concluir com um de seus argumentos marcantes:

Quando falo de *feminilidade* e *masculinidade* [...] o faço de uma maneira seletiva e parcial em relação ao eixo que distingue entre o que é comercial e o que não o é, que considera a resistência à imposição da mercantilização como uma mostra de conformismo que se associa ao efeminado [...] o que importa é que, deste ponto de vista, tudo o que é considerado comercial não é autêntico, porque é pré-fabricado a partir de estratégias de marketing que impedem a autêntica criatividade artística. (MARTÍNEZ Sanmartí, 2003, p. 30)

Outros estudos relevantes são editados pelo Observatório da Juventude da Catalunha, mas aqui serão apenas citados três, para trazê-los ao conhecimento dos pesquisadores brasileiros. Um é da economista Carmem Trilla, que mobilizou equipe de consultoria junto ao Instituto de Estudos de Sociologia, em 2003, para produção de uma análise quantitativa com indicações qualitativas sobre a situação habitacional dos jovens catalães. Um segundo é de Herrera e outros (2003), que debatem a imigração e o trabalho intercultural das entidades educacionais nos territórios catalães fronteiriços. No ano seguinte, em 2004, se tematizou a emancipação domiciliar dos jovens catalães, pelo trabalho [...] através de estudo realizado por Pau Miret i Gramundi, que discute, ainda, o que se denomina por *neoruralismo*, movimento que reflete a busca de alternativas à existência urbana agitada, poluída e de certa forma impiedosa.

Premissas para formulação de política públicas para os jovens nas cidades brasileiras

De volta ao presente brasileiro, apresentamos alguns pontos de referência metódicos como contribuição ao desenvolvimento de análises teóricas, como de pesquisa de campo, sobre as experiências contemporâneas dos grupos de jovens localizados territorialmente ou integrados a movimentos culturais e políticos. Esta síntese resulta de trabalho de campo realizado junto à Associação Cultural da Juventude de Ribeirão Preto no ano de 2001, cuja exposição mais extensa se encontra em Caccia-Bava (2004). Apresentamo-na sob a forma de referências.

Primeira referência: os jovens têm capacidade para ser protagonistas na formação cultural das novas gerações, nas condições das mais precárias até as mais favoráveis, desde que se coloquem como porta-vozes, maiores, na defesa de direitos universais, sejam eles de crianças, sejam de adolescentes, jovens ou idosos.

Segunda referência: a formação dos jovens pode ser marcadamente cultural, situada para além de um suposto momento mercantil, de vivência de lazer.

Terceira referência: é a família a instituição originária dos valores presentes no processo de formação cultural inicial. Tanto as suas famílias de origem como outras com as quais convivem e as que venham a formar. Da mesma forma, quem integra famílias destituídas, na prática, de direitos fundamentais tem uma impossibilidade concreta de se educar, no sentido amplo do termo, no âmbito formal institucionalizado.

Quarta referência: através da reflexão metódica sobre direitos da família, seguida da compreensão dos direitos da infância, adolescência e da própria juventude, os jovens podem ter uma compreensão cultural e política da localidade, da cidade e da sociedade em que vivem. E dessa compreensão, podem derivar manifestações de políticas conscientes em defesa de uma sociedade pacífica, que envolve, também, seus direitos e deveres.

Quinta referência: com relação à maternidade, com relação à formação escolar e à atenção à família de cada jovem, a experiência juvenil tem revelado que a consciência do dever dos jovens deve ser, de forma dominante, de preservação da integridade da vida, na maternidade, na família, na escola, no trabalho e na cidade. Distante, portanto, de noções de deveres dogmáticos morais e formais, de respeito a normas estabelecidas e a patrimônios físico-arquitetônicos.

Sexta referência: cada momento de especialização dos jovens para o trabalho deve pressupor a preservação da integridade, agora sim, do conhecimento e dos valores apreendidos nos anos de sua formação cultural, familiar, política e escolar.

Sétima referência: os processos educacionais fundamental, médio e superior devem ter seus parâmetros subordinados à for-

mação cultural dos jovens, de maneira integral, com base nas referências políticas, construídas na convivência pacífica, em sociedade, nas suas utopias, nos direitos constituídos e a serem criados, por exigência de construção de uma nova civilidade.

Assim, as políticas públicas para os jovens devem se alicerçar nas práticas de consolidação de distintos processos de formação cultural das novas gerações, como no envolvimento dos jovens na construção de seus direitos e dos demais grupos, comunidades e coletividades afins. Ainda é necessário explicitar, embora pareça arrogância, que as políticas públicas devem ter caráter de mobilização cultural e política dos jovens, para superar o assistencialismo e a precariedade da assistência pública e filantrópica, ainda presentes.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio e CÁRDIA, Nancy. Nota de apresentação. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, ano 54, número 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, jul/ago/set.de 2002, p. 20-21.

BALARDINI, Sérgio. As gerações jovens da Argentina. In: CACCIA-BAVA, A, FEIXA, C. e GONZÁLEZ, Y. (Org.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/Cebrij, 2004.

CACCIA-BAVA, A. Direitos civis dos jovens e insegurança urbana. **Estudos de Sociologia**, ano 9, n. 17. Araraquara, Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2^o sem. 2004, ISSN 1414-0144.

_____. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, A., FEIXA, C. e GONZÁLEZ, Y. (Org.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/Cebrij, 2004.

_____. Solidariedade, sociabilidade e ética política: temas clássicos ou contemporâneos? In: D'INCAO, M. A. (Org.) **Sociabilidade: espaço e sociedade**. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

_____. Exclusão social na identidade brasileira. In: **Praia Vermelha/Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação, 1999.

CARRANZA, Elias. Políticas públicas en materia de seguridad de los habitantes ante el delito en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 191. Caracas: Friedrich Ebert Stiftung, mayo/junio 2004, p. 52-64.

CASANOVA, Ramón (Coord.) Conversaciones sobre política, Estado y proyecto nacional en la transición venezolana: el itinerario de las ideas políticas. In: **Primera Conversación: el programa de trabajo**. Documento de Trabajo, n. 3. Caracas: Fundación Escuela de Gerencia, Cuadernillos del Proyecto, 26 de julio, 2004 (mimeografiado).

CORRÊA, Lélío Bentes e VIDOTTI, Tércio José. **Trabalho infantil e direitos humanos: homenagem a Oris de Oliveira**. São Paulo: LTr, 2005.

FEIXA Pàmpol, Carles. Generació @: la joventut al segle XXI. **Aportacions**, nº 12. Barcelona: Observatori Català de la Joventut, 2001.

GONZÁLEZ Casanova, Pablo. Lo particular y lo universal a fines del siglo XX. **Nueva Sociedad**. Caracas: Nueva Sociedad, n. 180-181, p. 280-298, jul.-oct. 2002.

GONZÁLEZ, Roberto et. Alli. Joventut, okupació i polítiques públiques a Catalunya. **Aportacions**, nº 18. Barcelona: Observatori Català de la Joventut, 2003.

HARDINGHAUS, Nicolás H. El desarrollo de la narcoeconomía internacional. **Nueva Sociedad**, nº 138. Caracas: Nueva Sociedad. Disponible em www.nuevasociedad.org.ve, 1995.

HERRERA, Diego et alli. La immigració i el treball intercultural a les entitats d'educació en el lleure de Catalunya. **Aportacions**, nº 20. Barcelona: Observatori Català de la Joventut, 2003.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTÍNEZ Sanmartí, Roger. Cultura juvenil i gènere: premi joventut 2000. **Aportacions**, nº 21. Barcelona: Observatori Català de la Joventut, 2003.

MANIFESTO DAS CIDADES. **Segurança e Democracia**. Disponible em www.urbansecurity.org/fesu/popup_sd. Consulta realizada em 6/1/2006.

MIRET I Gramundi, Pau. Emacipació domiciliària, laboral i familiar dels joves a Catalunya. **Aportacions**, nº 25. Barcelona: Observatori Català de la Juventut, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PESTRAF - Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial no Brasil. Disponível em www.cecria.org.br. Consulta realizada em 5/1/2006.

POLIS/IBASE. Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. **Relatório Final**. Rio de Janeiro/São Paulo. Disponível em www.polis.org.br

RUBINSTEIN, Juan Carlos. **Crisis de la sociedad civil: neofeudalización y posfordismo**. Madrid: Trama Editorial, 2002.

SCHAFF, Adam. **Langage et connaissance: essais sur la philosophie du langage**. Paris: Éditions Anthropos, 1969.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker, 1999.

TENORIO Tagle, Fernando. **Cultura, sistema penal y criminalidad**. México: UNAM/CNCT/FCE/METROPOLITAN, 2002.

URTEAGA, Maritza C.P. & PÉREZ-Islás, José Antonio. Imagens juvenis do México moderno. In: CACCIA-BAVA, A., FEIXA, C. e GONZÁLEZ, Y. (Org.) **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras/Cebrij, 2004.